

PROGRAMA

ATISNIA

**Ministério de Direitos Humanos e Cidadania
(MDHC)**

09 de março de 2023



INSTITUCIONAL



O projeto nasceu em 2021 ao ser selecionado pelo Fundo Positivo LGBTQIA+ para desenvolvimento de um mapeamento de políticas públicas voltadas para população LGBTI+ nas 27 unidades federativas do Brasil. Em 2023, em nova parceria, o Fundo Positivo abraçou novamente o projeto, agora Programa Atena, para a segunda fase da pesquisa. Nela, além da atualização dos dados estaduais, serão aprofundados nas 27 capitais e com o aprimoramento dos indicadores.

QUEM SOMOS



O desenvolvimento do Programa Atena é realizado pela Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT (GAI), contando com o apoio institucional do Fórum Nacional de Gestoras e Gestores Estaduais e Municipais de Políticas Públicas para População LGBT (FONGES) e a Associação da Parada LGBT de São Paulo. O Programa conta ainda com o apoio da Rede Trans Brasil, Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras, Associação Brasileira de Estudos da Trans Homocultura, Liga Trans Masculina João W. Nery e IBRAT.

EQUIPE EXECUTIVA

Coordenador Geral: Cláudio Nascimento Silva

Pesquisador Líder: Rogerio Barros Sganzerla

Pesquisadora: Paula Ivo Rajão

Pesquisador e Design: Luan Oliveira Silva

Pesquisadora: Bruna Crossetti

Pesquisadora: Dione Xavier de Assis

Design: Thalles



SUPOORTE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E GESTÃO

Toni Reis

Rafaelly Weist

David Harrad

Patrícia Esteves

Alexandre Castilho

OBJETIVO GERAL



Fazer um mapeamento das políticas públicas de promoção da cidadania LGBTI+ nas 27 unidades da federação (fase 1) e suas capitais (fase 2) para a difusão de conhecimento e informações, bem como criar estratégias de participação social e de fortalecimento de instrumentos de controle social e diálogos entre sociedade civil e poder público.

METODOLOGIA



METODOLOGIA



Visando a construção de um cenário mais igualitário no enfrentamento da discriminação e promoção da cidadania LGBTI+, foi necessária a criação de indicadores a fim de mensurar e qualificar a atividade dos órgãos, bem como conseguir compará-los entre os estados. Além da busca ativa de informações via sites oficiais, tais como Assembleias Legislativas, Imprensa Oficial, Casa Civil, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Fazenda, foram solicitados, a todas as 27 UFs informações via Portal da Transparência, com base na Lei de Acesso à informação (LAI).

TRIPÉ DA CIDADANIA LGBTI+

Políticas de estratégia matricial



1

Órgão gestor

Planeja, formula, coordena e monitora políticas públicas LGBTI+.

2

Conselho

Fiscalização, acompanhamento, fiscalização e avaliação de políticas públicas para a população LGBTI+.

3

Plano e Programa

Propiciar subsídios para a construção e implementação de políticas públicas LGBTI+.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas com ação setorial



Solicitações estaduais

Solicitações Órgão Gestor LGBTI+: 27

Solicitações Conselho Estadual LGBTI+: 27

Solicitações Plano Estadual LGBTI+: 9

Solicitações Sistemas de Controle: 135

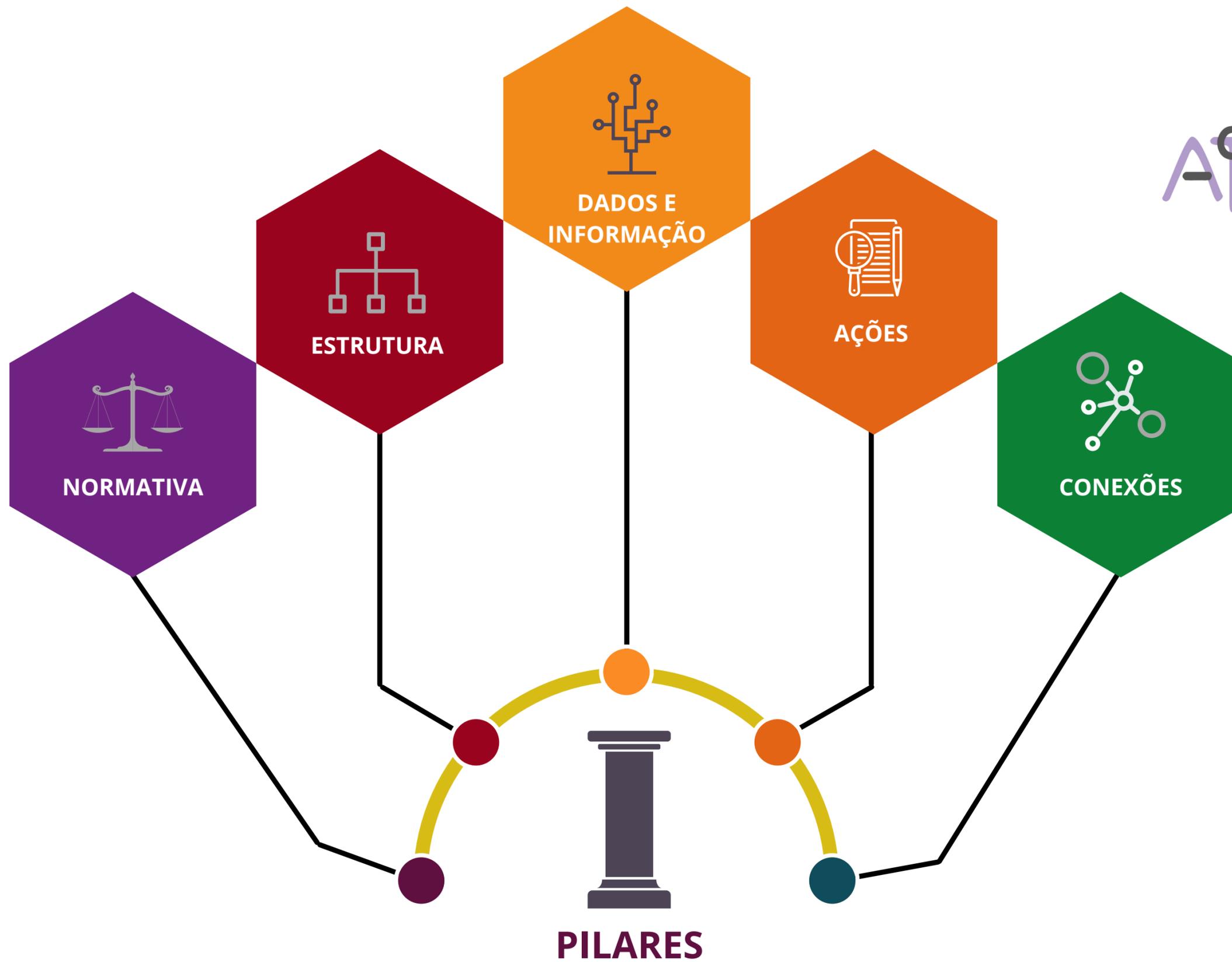
TOTAL MAIO/2022: 198

Solicitações Políticas Setoriais: 243

(i) Assistência Social e Direitos Humanos, (ii) Saúde, (iii) Educação, (iv) Turismo, (v) Esporte e Lazer, (vi) Cultura, (vii) Administração Penitenciária, (viii) Segurança Pública, (ix) Trabalho e Renda.

PROCESSO ANALÍTICO





INDICADORES

DESCRIÇÃO

RESISTÊNCIA

Força da estrutura normativa do órgão: quanto mais complexo for a forma de organização, mais força terá o órgão dentro da organização pública.

RIGIDEZ

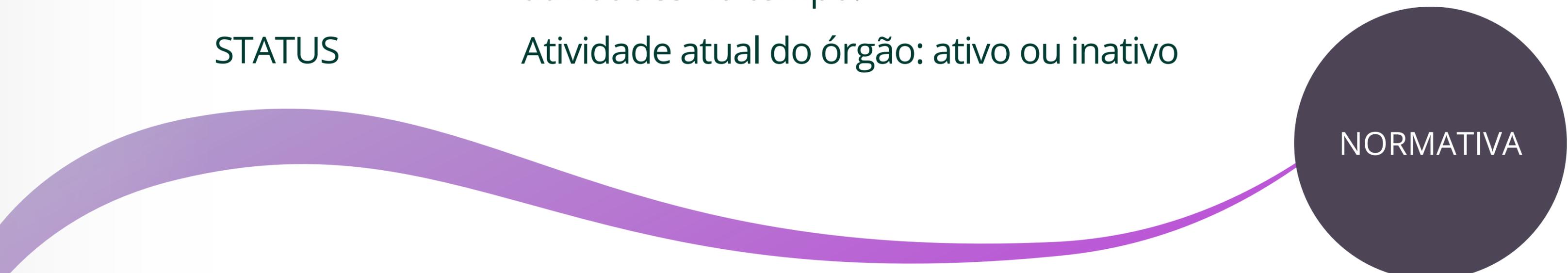
Dificuldade do processo de reforma da normativa que regula o órgão: quanto maior a dificuldade, maior a sua rigidez. Geralmente, normativas hierarquicamente superiores possuem um processo mais rígido de reforma.

ESTABILIDADE

Tempo de existência do órgão: quanto maior o tempo, maior o enraizamento das atividades na estrutura administrativa da administração pública e permanência das atividades no tempo.

STATUS

Atividade atual do órgão: ativo ou inativo



NORMATIVA

INDICADORES

DESCRIÇÃO

SEDE FÍSICA

Existência de uma sede física para o órgão: exclusividade, compartilhada ou não existe

ORÇAMENTO

Metas, objetivos, programas e ações previstas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e a dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022

ESPECIFICIDADE

Dedicação exclusiva a assuntos LGBTI+: a existência de um órgão exclusivo e dedicado a políticas públicas LGBTI+ ou um órgão que conjuga outras pastas (mulheres, idosos, igualdade racial, etc.), bem como assuntos genéricos como "direitos humanos"

REGIONALIZAÇÃO

Grau de regionalização e abrangência das atividades do órgão às demandas ao território do estado



ESTRUTURA

INDICADORES

DESCRIÇÃO

TRANSPARÊNCIA

Existência de uma sede física para o órgão: exclusividade, compartilhada ou não existe

ACESSO À
INFORMAÇÃO

Tipo e qualidade da resposta do órgão responsável à solicitação de informação sobre políticas públicas LGBTI+

PUBLICIDADE

Grau de publicização das das informações disponibilizadas à população sobre as ações realizadas pelo órgão: dados brutos, documento oficiais, página específica em site da web, chamadas de eventos, etc.

MONITORAMENTO

Setor/área específica do órgão dedicada ao acompanhamento das atividades realizadas e produção de relatórios e documentos para avaliação da implementação da política pública.

DADOS E
INFORMAÇÃO

INDICADORES

DESCRIÇÃO

ATENDIMENTOS

Quantitativo de pessoas atendidas por ações do órgão

PROMOÇÃO DA
CIDADANIA

Eventos, campanhas e outras atividades realizadas pelo órgão para promoção da cidadania LGBTI+ no estado

ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA

Ações realizadas pelo órgão para enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual



AÇÕES

INDICADORES

DESCRIÇÃO

PARTICIPAÇÃO

Nível e grau de participação social na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento das políticas públicas LGBTI+

ARTICULAÇÃO

Parcerias realizadas pelo órgão junto a outras instituições pertencentes ao sistema de controle de promoção da cidadania LGBTI+ e enfrentamento à violência em razão de orientação sexual e identidade de gênero: Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Polícia Civil e Assembleia Legislativa.



CONEXÕES

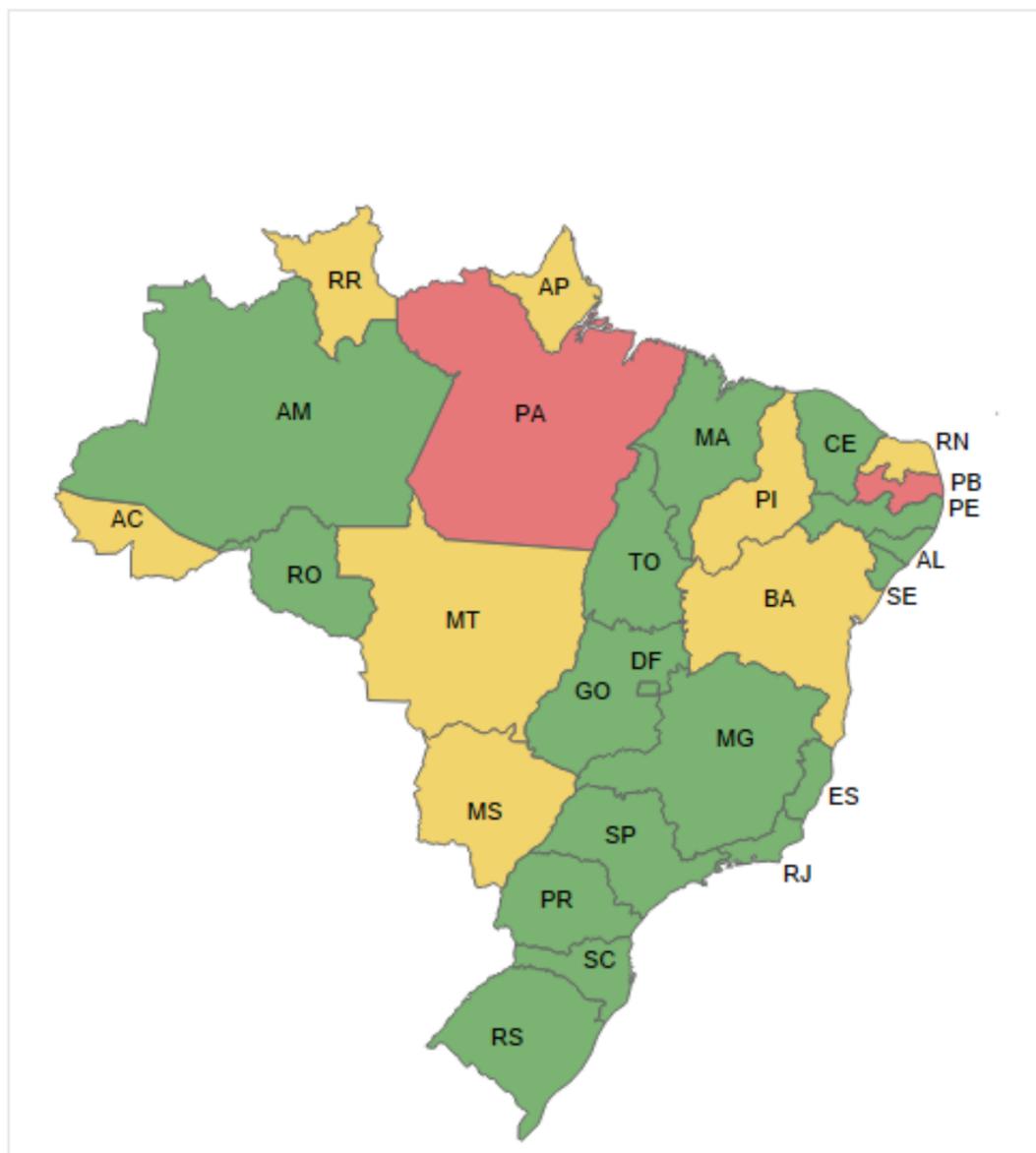
INDICADORES

Órgão gestor	Conselho	Programa	Plano
A. Resistência (x2) B. Rigidez (x3) C. Transparência D. Status E. Articulação F. Especificidade (x2) G. PPA 2020-2023 (x3) H. LOA 2022 (x2) I. Estrutura física K. Estabilidade	A. Resistência (x2) B. Rigidez (x3) C. Transparência D. Status E. Participação F. Publicidade G. Periodicidade H. Estrutura física I. Estabilidade (x2) J. LOA 2022	F. Rigidez (x2) G. Status H. Transparência I. Estrutura física J. Regionalização (x2) K. PPA 2020-2023 (x3) L. LOA 2022 (x2) M. Monitoramento (x2) N. Publicização (x3) O. Denúncias (x3) P. Estabilidade (x2) Q. Especificidade	A. Resistência (x2) B. Rigidez (x3) C. Status D. Sucesso (x3) E. Transparência

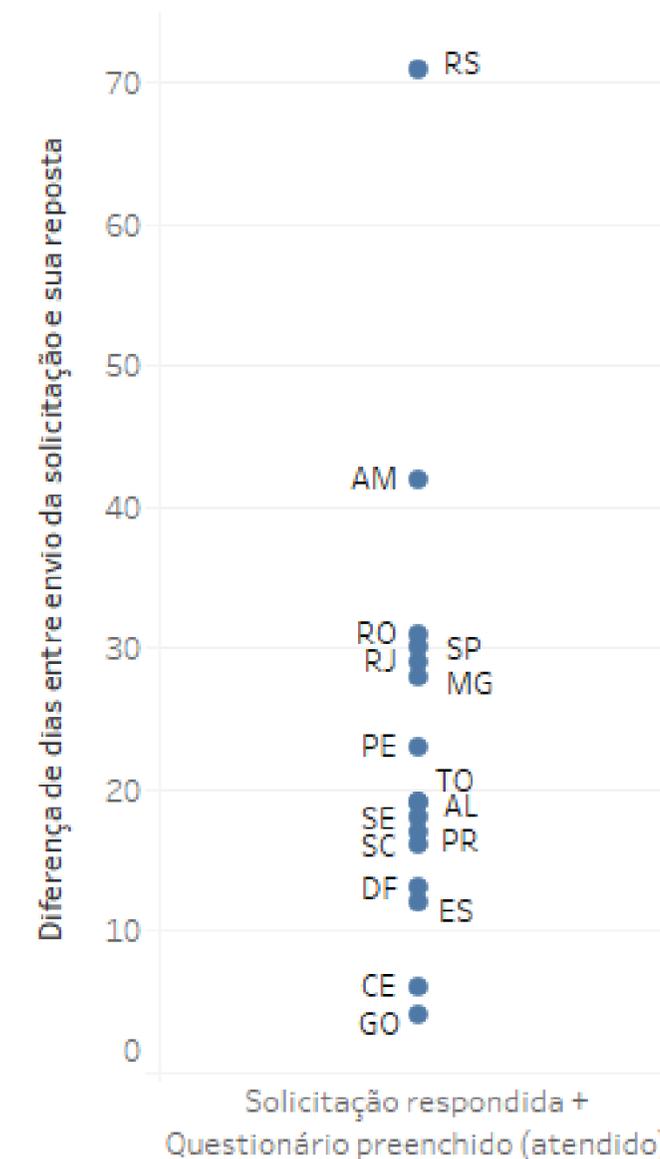
RESPOSTAS ÀS SOLICITAÇÕES

- Solicitação respondida + Questionário preenchido (atendido)
- Solicitação enviada + Questionário sem preenchimento (prazo expirado)
- Solicitação respondida + Questionário sem preenchimento (não atendido)

Órgão Gestor LGBTI+



Conselho Estadual LGBTI+



CONSOLIDAÇÃO

PROGRAMA
ATENA
Estratégias e ações em
Advocacy para cidadania LGBTI+
nos poderes executivos

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ 2022

Mato Grosso do Sul

OBSERVAÇÕES GERAIS:

- Campos de "valor" não preenchidos significam que ou não há uma política pública estruturada para aquele indicador/setor ou o estado não respondeu com informações específicas sobre o tema.
- Nota 1 significa que ou o estado não tem política específica ou não foi possível encontrar as informações necessárias naquele indicador, seja por busca ativa seja porque o estado não participou do questionário.
- A classificação do estado em determinado indicador é um comparativo com todas as 27 unidades federativas.
- Para maiores informações sobre as categorias nos indicadores e metodologia [acesse](#)

INDICADORES GERAIS:

Fórmula geral: ((A*2)+B)/3+(C+D)

	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
A. TRIPÉ DA CIDADANIA LGBTI+	3,84	2º
ÓRGÃO GESTOR LGBTI+	4,47	2º
CONSELHO LGBTI+	3,71	6º
PLANO/PROGRAMA LGBTI+	3,33	3º
B. JUSTIÇA E CIDADANIA	2,17	11º
C. SETORIAIS	0,50	3º
D. RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES (L.A.I.)	0,10	19º
PONTUAÇÃO FINAL	3,88	3º

A.1. ÓRGÃO GESTOR LGBTI+: Configuração administrativa de coordenação entre secretarias a fim de organizar políticas públicas estruturantes no tema LGBTI+

Fórmula: ((A*2)+(B*3)+C+D+E+(F*2)+(G*3)+(H*2)+I+J)/17 = 4,47

Nome: Subsecretaria de Políticas Públicas LGBT

Indicador	Descrição	Valor	(1-5)
A	Resistência: tipo de estrutura (PESO 2)		5
B	Rigidez: hierarquia da normativa (PESO 3)	Lei Ordinária nº 5.652/2021	5
C	Publicidade: disponibilização das informações ao acesso público	-	5
D	Status: situação operacional atual do órgão	Ativo	5
E	Articulação: termos de parceria efetivados		1
F	Especificidade: dedicada exclusivamente a assuntos LGBTI+ (PESO 2)	Sim	5
G	PPA 2020-2023 - Plano Plurianual (PESO 3)		5
H	LOA 2022 - Lei Orçamentária Anual (PESO 2)	R\$ 365.100,00	4
I	Estrutura física: infraestrutura disponibilizada à população;	-	5
J	Estabilidade: tempo	Ano início: 2021	2

A.2. CONSELHO ESTADUAL LGBTI+: órgão colegiado composto por membros de secretarias e sociedade civil, com natureza deliberativa sobre assuntos de interesse da comunidade LGBTI+ com o fim de propor e formular diretrizes para o combate à discriminação em razão de identidade de gênero ou orientação sexual, bem como fazer o controle social sobre essas políticas.

Fórmula: ((A*2)+(B*3)+C+D+E+F+G+H+(I*2)+J)/14 = 3,71

Nome: Conselho Estadual LGBT

Indicador	Descrição	Valor	(1-5)
A	Resistência: tipo de estrutura (PESO 2)	Específico? Sim	5
B	Rigidez: hierarquia da normativa (PESO 3)	Decreto nº 14.970/2018	4
C	Transparência: clareza das informações disponibilizadas ao acesso público	-	5
D	Status: situação operacional atual do órgão	Ativo	5
E	Participação: nível de distribuição de cadeiras entre público/sociedade civil	Total de cadeiras: -	1
F	Publicidade das informações e chamadas públicas de reuniões	-	5
G	Periodicidade das reuniões	Sem informações	1
H	Estrutura física: infraestrutura disponibilizada à população	NS/NOP	1
I	Estabilidade: tempo de existência (PESO 2)	Ano início: 2011	4
J	LOA 2022 - Lei Orçamentária Anual	-	4



MATO GROSSO DO SUL

PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI+ NOS PODERES EXECUTIVOS ESTADUAIS



MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

POLÍTICAS MATRICIAIS

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1-5)

4,47 Órgão Gestor

3,71 Conselho estadual

3,33 Plano/Programa

ORÇAMENTO ESPECÍFICO
PPA 2020-2023: 1 AÇÃO/META
LOA 2022: 365.100,00



OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE

MPMS

↓
Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

DPMS

↓
Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

PCMS

↓
Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

TJMS

↓
Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

ALMS

↓
Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

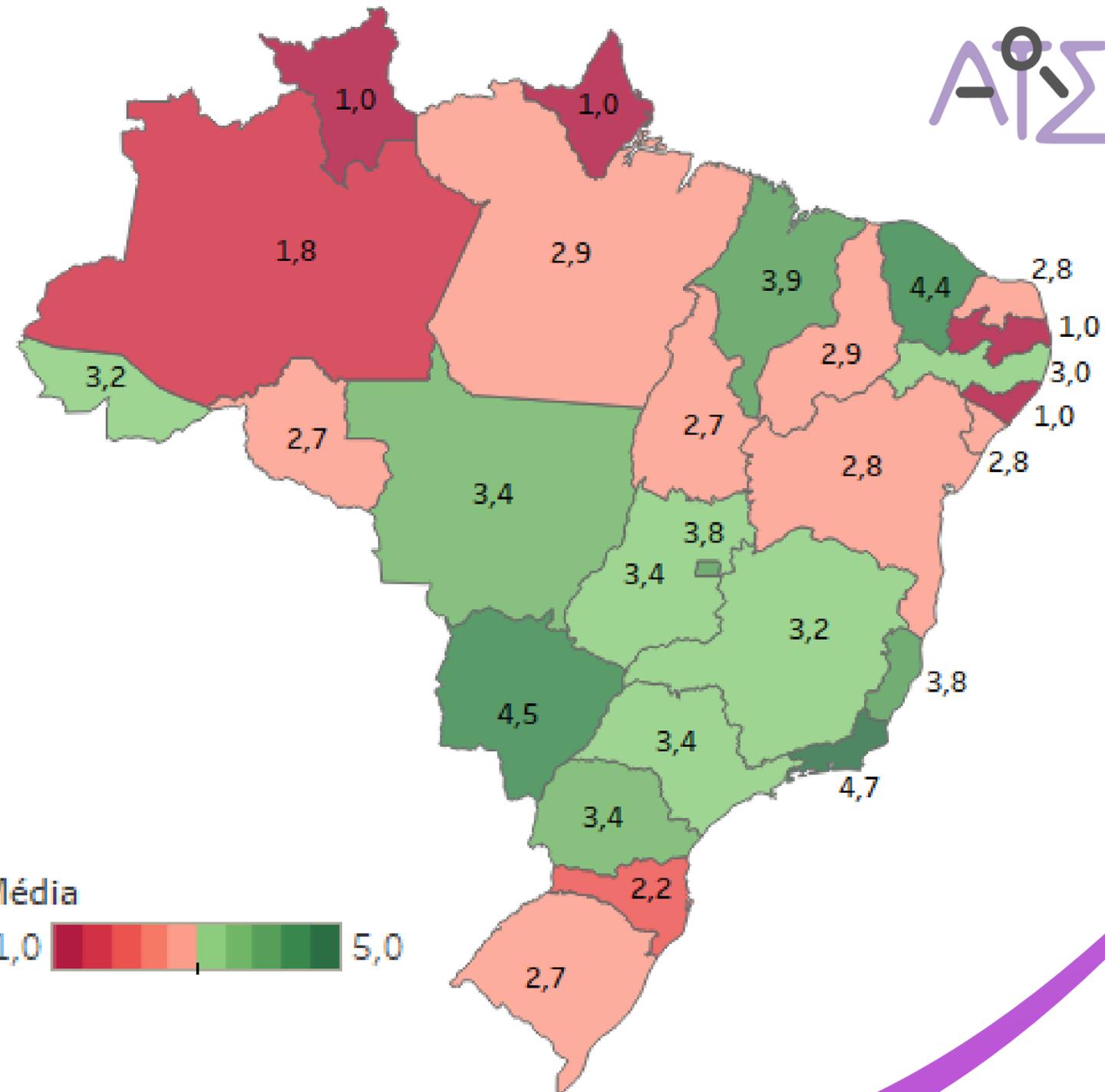


RESULTADOS



ÓRGÃO GESTOR

				RO					
				2,7					
				RS					
				2,7					
				TO					
				2,7					
				RN	AC				
				2,8	3,2				
				BA	MG				
				2,8	3,2				
AL				SE	GO				
1,0				2,8	3,4				
AP				PA	SP	DF			
1,0				2,9	3,4	3,8			
PB				PI	MT	ES	CE		
1,0				2,9	3,4	3,8	4,4		
RR	AM	SC		PE	PR	MA	MS	RJ	
1,0	1,8	2,2		3,0	3,4	3,9	4,5	4,7	

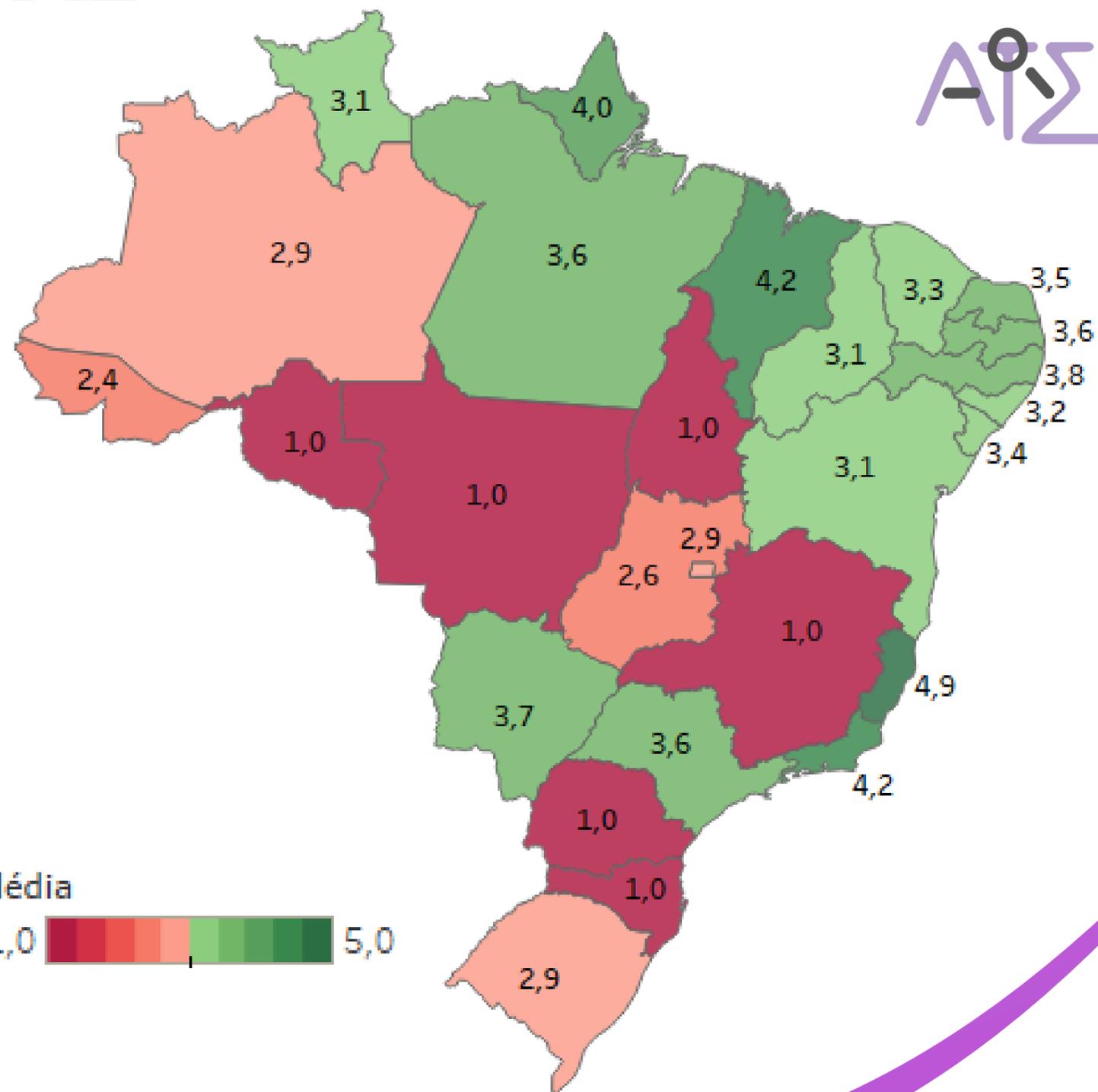


CONSELHO ESTADUAL

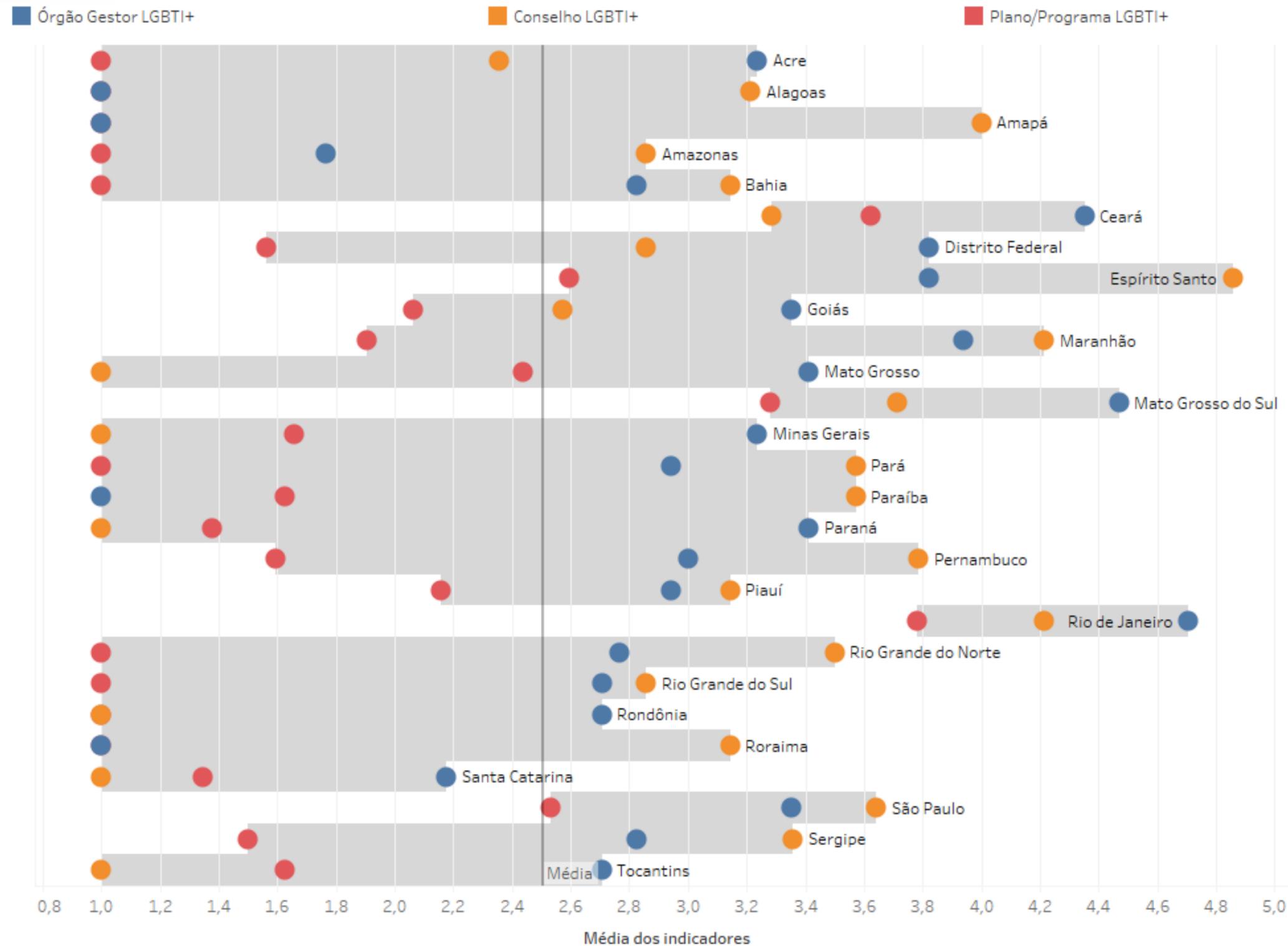
PROGRAMA



		AM	CE				
		2,9	3,3				
MG		DF	SE				
1,0		2,9	3,4				
MT		RS	RN				
1,0		2,9	3,5				
PR		BA	PA				
1,0		3,1	3,6				
RO		PI	PB				
1,0		3,1	3,6				
SC		AC	RR	SP	PE	MA	
1,0		2,4	3,1	3,6	3,8	4,2	
TO		GO	AL	MS	AP	RJ	ES
1,0		2,6	3,2	3,7	4,0	4,2	4,9



TRIPÉ DA CIDADANIA (VISÃO GERAL)



JUSTIÇA E CIDADANIA

Estado (Justiça e Cidadania)	D. Dia estadual	C. Penas administ.	A. Nome social	G. Const. Estadual	F. Vedação homofobia cultura	B. Identidade social	H. Entidade histórica	E. Disciplina educação	I. Vedação orientação emprego	J. Fixação de cartaz	K. Nome social lápides
Piauí	5	5	4	4	5	5	5	1	1	1	1
Pará	5	5	4	4	5	4	1	1	1	1	1
Paraíba	5	5	5	2	5	1	1	1	1	5	1
Santa Catarina	5	5	1	5	1	1	5	1	5	1	1
Amapá	5	5	1	2	5	4	1	1	1	1	1
Distrito Federal	5	5	1	5	1	1	1	1	1	1	5
Espírito Santo	5	1	1	4	5	1	1	5	1	1	1
Rio de Janeiro	1	5	4	2	1	4	5	1	1	1	1
Mato Grosso do Sul	5	5	4	1	1	4	1	1	1	1	1
Amazonas	5	5	1	2	5	1	1	1	1	1	1
Bahia	5	1	4	2	5	1	1	1	1	1	1
Minas Gerais	5	2	4	1	1	4	1	1	1	1	1
Rio Grande do Sul	5	1	4	2	1	4	1	1	1	1	1
São Paulo	5	3	4	3	1	1	1	1	1	1	1
Goiás	5	1	5	2	1	1	1	1	1	1	1
Maranhão	5	5	1	2	1	1	1	1	1	1	1
Acre	5	1	4	1	1	1	1	1	1	1	1
Alagoas	1	1	1	4	5	1	1	1	1	1	1
Ceará	5	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1
Paraná	5	1	3	2	1	1	1	1	1	1	1
Rio Grande do Norte	1	5	4	1	1	1	1	1	1	1	1
Sergipe	5	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1
Pernambuco	1	1	4	2	1	1	1	1	1	1	1
Mato Grosso	1	1	1	4	1	1	1	1	1	1	1
Rondônia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Roraima	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Tocantins	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Justiça e Cidadania: normativas estaduais que regulam direitos e garantias fundamentais individuais e coletivas voltados para população LGBTI+

Direita > Esquerda: Normativa com maior abrangência e maior nota entre os estados
Superior > Inferior: Estado com maior abrangência de normativas

Estamos falando de **direitos e garantias individuais ou coletivos necessários para o mínimo de cidadania da população e enfrentamento da violência LGBTI+.**

- Nome social para pessoas travestis e transexuais (52%),
- Penalidades administrativas por preconceito de sexo e orientação sexual (51%);
- Identidade social para pessoas travestis e transexuais (27%);
- Vedação uso de financiamento público a espetáculos LGBTIfóbicos (29%);
- Reconhecimento de entidades históricas no enfrentamento da LGBTIfobia (11%).

Melhores colocações

Órgão Gestor LGBTI+	Pontuação	Plano/Programa LGBTI+	Pontuação	Pontuação Final
Rio de Janeiro	4,7	Rio de Janeiro	3,8	4,4 1º
Mato Grosso do Sul	4,5	Ceará	3,6	3,9 2º
Ceará	4,4	Mato Grosso do Sul	3,3	3,9 3º
Maranhão	3,9	Espírito Santo	2,6	3,7 4º
Distrito Federal	3,8	São Paulo	2,5	3,6 5º
				3,5 6º
				3,4 7º
				3,2 8º
				3,0 9º
				2,9 10º

PRINCIPAIS CONCLUSÕES



Precisamos chamar atenção e mobilizar os Governos, o Poder Legislativo e a Justiça, bem como a sociedade civil, que em políticas públicas para cidadania LGBTI+, estamos muito longe do mínimo necessário. Precisamos reagir.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES



TRIPÉ DA CIDADANIA/POLÍTICAS MATRICIAIS

- **Situação nos estados ainda não é a aceitável.** Em 16 dos 27 estados, um dos três pilares (órgão gestor, conselho, plano/programa) está com nota mínima (1,0); Nenhum dos estados atingiu a nota máxima (5,0).

PLANOS/PROGRAMAS LGBTI+

- **São a principal deficiência.** No geral, 19 estados estão com notas péssimas (entre 1,0 e 2,0) e apenas três tiveram notas bom/regular (entre 3,0 e 4,0), sendo nenhum ótimo (acima de 4,0).

CONSELHOS ESTADUAIS

- **Situação regular.** Em 15 estados os Conselhos LGBTI+ estão com as notas mais altas em relação ao órgão gestor e plano/programa. A maioria se concentra com notas entre 3,0 e 4,0 (bom/regular).

BOAS PRÁTICAS NO TRIPÉ DA CIDADANIA



ÓRGÃO GESTOR LGBTI+

- Estrutura resistente (coordenação ou superintendência), presença de orçamento específico tanto em PPA quanto LOA, estrutura física e estabilidade do órgão no tempo.

CONSELHOS ESTADUAIS

- Estrutura física, estabilidade no tempo, periodicidade das reuniões e orçamento específico (especialmente nos casos de ES e MS).

PLANOS/PROGRAMAS LGBTI+

- Orçamento específico no PPA e LOA, ter um setor de monitoramento, estrutura física, estabilidade no tempo e especificidade nas ações.

Recomendações gerais



- Estimular os estados da **Região Norte** na elaboração, criação e estruturação de políticas públicas *gerais* para LGBTI+ (4 entre os 5 piores; 7 entre os 10 piores). Tocantins é o único estado que possui *Plano* LGBTI+. Os demais não possuem *Plano/Programa*. Em dois estados não há *Conselho* LGBTI+. Em outros dois estados não há *Orgão Gestor* LGBTI+.
- Estimular os estados da **Região Sul** na criação e aprimoramento de *Conselhos* LGBTI+ e estruturação de *Planos/Programas* para LGBTI+ (18º, 20º e 21º do ranking geral)
- Estimular os estados de **Alagoas, Bahia e Minas Gerais**. Problemas concentrados na publicidade, transparência, orçamento e articulação. Minas Gerais não possui *Conselho Estadual* LGBTI+. Alagoas não possui *Órgão Gestor* LGBTI+. Os três não possuem *Plano/Programa* LGBTI+.

Recomendações específicas



Planos Estaduais LGBTI+

- Estimular a **rigidez** em Decreto/Lei (atual 8)

Programas Estaduais LGBTI+

- Estimular a **implementação** em Decreto/Lei (atual 6)

Conselhos Estaduais LGBTI+

- Estimular a **criação** (MG, MT, PR, RO, SC, TO)

Órgão Gestor LGBTI+

- Estimular a **resistência** em Coordenações e Superintendências (atual 2)
- Estimular a **articulação** com outros órgãos estaduais (MP, DP, PC, TJ, AL)

PROGRAMA

ATENAS

MUITO OBRIGADO

projeto.atenasbrasil@gmail.com

